

REVISÃO SISTEMÁTICA DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÂMBITO UNIVERSITÁRIO PARA EGRESSOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

SYSTEMATIC REVIEW OF ACADEMIC PUBLICATION ON THE APPLICATION OF PUBLIC POLICIES WITHIN THE ACADEMIC SCOPE GRADUATES FROM THE PUBLIC SCHOOL

**Rayssa Rossana Leão GOVEIA¹, Clarissa de Sousa Oliveira McCOY²,
Rubens Martins da SILVA³**

1 Pós-graduada em Advocacia Tributária e em Educação, Sociedade e Violência. Funcionária Pública/Advogada.
E-mail: rayssa.leao@hotmail.com.

2 Universidade Estadual do Tocantins Unitins. Professora da Universidade Estadual do Tocantins e Pesquisadora associada do UCD Humanities Institute-Irlanda. Doutora em Linguística pela University College Dublin-UCD (2017).
E-mail: clarissa.so@unitins.br.

3 Universidade Estadual do Tocantins Unitins. Doutor em Letras: Ensino de Língua e Literatura (UFT/2019). Professor efetivo da Universidade Estadual do Tocantins desde 2016. E-mail: rubensliteratura@gmail.com.

Resumo: O panorama socioeconômico brasileiro é marcado por desigualdades, as quais envolvem fatores relacionados ao contexto de classe social, origem, cor, dentre outros aspectos. A herança cultural resultante de anos de marginalização da população menos favorecida se manifesta, visível e principalmente, em meio aos parâmetros e níveis de educação. Nesse contexto, este artigo busca analisar o modo como as ações governamentais, no contexto de políticas públicas de ações afirmativas aplicáveis no âmbito das universidades públicas, como as que se referem à destinação e reserva de vagas para egressos da rede pública do ensino básico, podem ser fundamentais para ao menos tentar reparar e reequilibrar a isonomia no acesso à educação. O processo metodológico deste artigo contemplou a técnica de revisão sistemática, a partir da qual foi possível perceber, em função da quantidade de publicações encontradas, a relevância e a atualidade da temática.

Teoricamente, os estudos ancoraram-se nas abordagens de Batista (2018), Guerrini et al (2018), Paula (2017) e Ladeira e Silva (2018), os quais descrevem as ações afirmativas como sendo fundamentais para a garantia de vagas de acesso ao nível superior, conforme prevê a Lei n. 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas. No panorama social, acadêmico e científico, o ato de tratar das cotas para egressos da rede pública, em um cenário educacional complexo como o existente no Brasil, mostra-se como um tema de grande importância para o contexto da educação brasileira.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Egressos. Rede Pública.

Abstract: The Brazilian socioeconomic panorama is marked by inequalities, which involve factors related to the context of social class, origin, color, among other aspects. The cultural heritage resulting from years of marginalization of the less favored population manifests itself, visibly and mainly, amidst parameters and levels of education. In this context, this article seeks to analyze the way in which government actions, in the context of public policies of affirmative actions (within the scope of public universities), can be fundamental to at least try to repair and rebalance isonomy in access to education. As it is the case of the allocation and reservation of vacancies for graduates from public schools of basic education. The methodology used in this article included the technique of systematic review. Based on the number of publications found, results showed the timely relevance and of the theme. Theoretically, the studies were anchored on the approaches of Batista (2018), Guerrini et al (2018), Paula (2017) and Ladeira e Silva (2018), which describe affirmative actions as being fundamental to guarantee access vacancies higher level, as provided by Law no. 12,711 / 2012, also known as the Quota Law. In the social, academic and scientific context, the act of dealing with quotas for graduates from public schools, at the complex educational scenario such as that existing in Brazil, has shown to be a topic of great importance for the context of Brazilian education.

Keywords: Affirmative Actions. Graduates. Public network.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira desenvolveu-se ao longo do tempo em meio a um cenário de divergências, sobretudo socioeconômicas.

A educação no país, por consequência, acabou sofrendo grande déficit, o qual ainda persiste e impacta diretamente na qualidade do ensino público.

Apesar das garantias constitucionais

e legais relativas à qualidade e ao acesso e permanências igualitárias à educação (BATISTA, 2018), materializar tais dispositivos acaba sendo bastante complexo, especialmente porque estes dependem da elaboração e implantação de políticas públicas de ações afirmativas nos espaços escolares.

Sabe-se que a educação básica pública brasileira, em termos gerais, possui um histórico de desigualdade educacional, situação que acaba afetando a qualidade da educação ofertada e gerando alunos pouco preparados para concorrer e acessar graus mais elevados de educação, por exemplo.

É nesse contexto, e visando ajustar e minimizar os efeitos desta desigualdade educacional, que vêm sendo desenvolvidas no Brasil políticas públicas de ações afirmativas destinadas a intensificar o acesso ao ensino superior pela parcela da sociedade que historicamente tem sido excluída ou mesmo preterida de referida ação.

A principal consagração de tais políticas ocorreu em 2012, com a publicação da Lei de Cotas, Lei n. 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto n. 7.824/2012, que instituiu, para as instituições federais de ensino superior, a obrigatoriedade da política de reserva de vagas para alunos egressos da rede pública de ensino (SENKEVICS; MELLO, 2019).

Considerando tais colocações, o presente artigo tem por objetivo analisar e sintetizar as publicações recentes sobre o tema das cotas para egressos do ensino público, no intuito de verificar a relevância e a atualidade do tema, bem como observar os principais pontos de debate que têm sido

suscitados nas argumentações científicas dedicadas ao assunto.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração do presente artigo buscou-se utilizar a metodologia da revisão sistemática de literatura, que é um método que avalia dados provenientes de outros estudos, sintetizando-os, de modo a viabilizar a resposta ao problema principal da pesquisa.

As revisões sistemáticas devem ser abrangentes e não tendenciosas na sua preparação. Os critérios adotados são divulgados de modo que outros pesquisadores possam repetir o procedimento. Revisões sistemáticas de boa qualidade são consideradas o melhor nível de evidência para tomadas de decisão. Por seguir um método científico explícito e apresentar resultado novo, a revisão sistemática é classificada como contribuição original na maioria das revistas de pesquisa clínica. As revisões sistemáticas diferem das revisões narrativas ou tradicionais. Essas são amplas e trazem informações gerais sobre o tema em questão, sendo comuns em livros-texto. Também se distinguem das revisões integrativas, nas quais se utilizam diferentes delineamentos na mesma investigação, além de expressarem a opinião do próprio autor (GALVÃO, PEREIRA, 2014,

p. 183).

Assim, o estudo pautou-se na análise de arquivos digitais, em especial, artigos científicos, fundamentados em estudos realizados sobre ações afirmativas em universidades brasileiras, em especial no que se refere à aplicação de reserva de vagas destinadas a egressos da rede pública de ensino.

A busca por tais arquivos foi realizada em revistas científicas, bibliotecas eletrônicas de publicação acadêmica de periódicos científicos, tais com o Scielo, Periódico CAPES e ferramentas de sites que permitiram a busca online de literatura acadêmica, como o Google Acadêmico.

Para a busca foram utilizados os termos “política de ações afirmativas”, “cotas”, “egressos da rede pública”, “ensino superior”, que poderiam constar tanto no título, como no corpo do texto, desde que apresentassem relevância para a discussão ali contida.

Os artigos selecionados foram publicados dentro do período de 2017 a 2019.

Foram encontrados alguns artigos que se encaixavam nos parâmetros de busca, dos quais foram selecionados 07, por apresentarem discussões mais próximas ao tema aqui trabalhado.

Os critérios de inclusão, dessa forma, foram: artigos escritos em língua portuguesa, publicados em revistas e periódicos científicos no período de 2017 a 2019, cuja abordagem, para além das políticas de ações afirmativas, tratasse das cotas para egressos da rede pública de ensino. Os critérios de exclusão, por outro lado, foram: artigos publicados que tratavam exclusivamente de cotas raciais, dissertações e teses, textos incompletos ou não publicados e publicações anteriores ao ano de 2017.

Para realizar a escolha dos artigos após a utilização dos critérios de inclusão e exclusão acima mencionados, realizou-se análise dos resumos, introduções e considerações finais dos artigos e da presença das palavras-chave ligadas à temática desenvolvida.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização de busca bibliográfica e levantamento de literatura referente ao tema nos bancos de dados do Scielo, Google Acadêmico e Periódicos Capes, os resultados dos 07 artigos selecionados. Dentro da metodologia de revisão sistemáticas, foram organizados no quadro a seguir.

Quadro 1: Artigos que tratam sobre políticas de ações afirmativas para o acesso ao nível superior – Cotas para egressos da rede pública de ensino.

Autor	Tema	Objetivo	Metodologia	Ano de Publicação
BATISTA, Neusa Chaves	Cotas para o acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior	Analisar a construção da normatização institucional da política de cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Revisão de Literatura (análise de fontes documentais que normatizam as cotas na UFRGS)	2018
GUARNIERI, Fernanda Vieira. SILVA, Lucy Leal Melo.	Cotas Universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica	Sistematizar publicações sobre as cotas em uma década no Brasil.	Revisão Sistemática	2017
LADEIRA, Mariana Rosa Alves. SILVA, Hilda Maria Gonçalves da.	(Des) caminhos do sistema brasileiro de cotas universitárias	Apresentar a trajetória que culminou no atual sistema de cotas Brasileiro.	Revisão de Literatura	2018
GUERRINI, Daniel. PICONI, Larissa Bassi. STURION, Leonardo. MATA, Ednei Aparecido Dias da.	Acesso e democratização do ensino superior com a Lei nº 12.711/2012: o câmpus de Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Analisar a implementação da lei de Cotas na democratização do acesso a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Revisão de Literatura	2018
PAULA, Maria de Fátima Costa de.	Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década	Discutir as políticas de inclusão adotadas nas universidades federais brasileiras, implementadas a partir do Governo Lula, apontando os problemas relacionados ao acesso e à permanência dos estudantes na educação superior.	Revisão de Literatura	2017

<p>SENKEVICS, Adriano Souza. MELLO, Ursula Mattioli.</p>	<p>O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas</p>	<p>Fornecer insumos para o processo de monitoramento e avaliação da Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012), por meio da investigação das alterações no perfil socioeconômico e racial do corpo discente das instituições federais de educação superior (IFES) de 2012 a 2016.</p>	<p>Revisão de literatura e análise de dados.</p>	<p>2019</p>
<p>CAVALCANTI, Ivanessa Thaianne do Nascimento. ANDRADE, Cláudia Sá Malbouisson. TIRYAKI, Gisele Ferreira. COSTA, Lilia Carolina Carneiro.</p>	<p>Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia</p>	<p>Avaliar se o desempenho acadêmico é relacionado à forma de ingresso na Universidade Federal da Bahia (UFBA), seja pelo sistema de cotas ou pelo sistema de ampla concorrência.</p>	<p>Revisão de literatura e análise de dados.</p>	<p>2019</p>

As publicações selecionadas demonstraram que mesmo já não sendo mais um assunto recente, as políticas de ações afirmativas que envolvem a adoção de medidas para viabilizar o acesso ao ensino superior pelas classes historicamente excluídas ainda é tema atual e relevante, o que é ratificado pelas publicações realizadas no ano de 2019 tratando do assunto.

A seguir serão destacados os principais apontamentos de cada obra, considerando a diversidade das metodologias encontradas e das abordagens adotadas por cada um dos artigos selecionados.

Adentrando no tema central discutido, no artigo intitulado “Cotas para o acesso de

egressos de escolas públicas na Educação Superior”, publicado em 2018 e fundamentado em análise de conteúdo, Batista defendeu a pertinência social da implantação das cotas por meio de argumentação que engloba a observância de princípios constitucionais, a necessidade de viabilização da mobilidade social e a ampliação do acesso ao nível superior, após analisar relatórios, pareceres e resoluções relativos aos programas de ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

As políticas públicas de ação afirmativa têm beneficiado cidadãos de grupos discriminados

com explícita exclusão socioeconômica e cultural tanto no passado quanto no presente. No caso das cotas para a Educação Superior – reserva de vagas étnico-racial, socioeconômica e por origem escolar (escola pública) em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas – as controvérsias e as disputas são grandes, posto que interferem em um nível da educação que tem garantido a mobilidade social para as camadas mais ricas da sociedade brasileira (BATISTA, 2018, p. 42).

Na universidade analisada, segundo Batista (2018), a normatização institucional da política de cotas viabilizou a ampliação do acesso dos estudantes alvo no ensino superior, antes mesmo da publicação de qualquer legislação para regulamentar o tema.

Para tanto, se baseou em três ações centrais, que envolveram a própria criação do Programa, a nomeação de uma Comissão para acompanhar os alunos beneficiados pelas ações afirmativas e a realização de ações para “promoção da permanência dos estudantes de escolas públicas e de escolas públicas autodeclarados negros” (BATISTA, 2018, p. 43).

Ademais, há, no texto, a caracterização das políticas de ações afirmativas em três vertentes, quais sejam, a igualdade formal; a igualdade material, relacionada à justiça social e distributiva; e a igualdade material relativa ao reconhecimento de identidades, demonstrando um caráter de justiça que

envolve a redistribuição ao reconhecimento (PIOVESAN, 2005 *apud* BATISTA, 2018).

Ao final, o estudo conclui que houve uma ampliação significativa do acesso de alunos egressos de escola pública ao nível superior, mencionando que, segundo o MEC, no Brasil, “em um período de dez anos, a quantidade de estudantes matriculados na Educação Superior dobrou de 3,5 milhões em 2002, para mais de 7 milhões em 2012” (BATISTA, 2018, p. 62) e afirmando que tal período condiz com a implantação das políticas de ações afirmativas, de maneira que elas se mostraram como variáveis essenciais na ampliação do acesso à Educação, dos grupos historicamente excluídos, no contexto socioeconômico brasileiro.

Guarnieri e Silva, no artigo intitulado “Cotas Universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica”, publicado em 2017, por sua vez, apresentaram, de forma sistematizada, os estudos publicados a respeito da Lei de Cotas, aprovada em 2012, dividindo as publicações entre discussões a respeito da constitucionalidade da medida e, em momento posterior, sobre os efeitos dela na sociedade.

Verifica-se, portanto, que há diferenças no tipo de abordagem dada ao tema de acordo com o período em que foi publicado. No primeiro período os questionamentos que impulsionaram a produção do conhecimento visaram responder aos debates sobre a implementação de uma política racial em uma

cultura miscigenada. Daí a busca por argumentação ora de defesa, ora de ataque a esta política de ação afirmativa. No segundo período, observa-se que a dicotomia entre posicionamentos favoráveis ou contrários às cotas dá lugar a outros questionamentos ligados à inserção adequada dos grupos sociais em desvantagem, à promoção e à aceitação da diversidade no contexto universitário. Importante ressaltar que o contexto do segundo período é marcado pela aceitação da constitucionalidade das cotas. Destaca-se nesse período a exploração de modelos já implementados e em funcionamento, lançando-se em direção às possibilidades complementares de ações afirmativas (GUARNIERI, SILVA, 2017, p. 188).

A divisão das abordagens, encontradas pelos Autores, ocorreu, primeiramente, em função da edição de lei específica tratando do tema, a qual trouxe consigo debates a respeito da sua constitucionalidade e funcionalidade. Em seguida, superadas tais discussões, novos debates são levantados, envolvendo outras questões do contexto universitário em paralelo à aplicação das ações afirmativas.

A temática das cotas, portanto, se mostrou como parte da realidade brasileira e interessante ferramenta de investigação das políticas de ações afirmativas no país.

O texto apontou, ainda, que a edição

de lei específica sobre o tema significou um indicador do sucesso da política pública, mesmo com a inexistência de consenso sobre a sua aceitação e trouxe todo o contexto histórico que antecedeu a elaboração desta legislação e alertou para o fato de que é necessário avançar, pois, após a superação da dicotomia “a favor” ou “contra”, novas abordagens devem ser encontradas para continuar a tratar do tema (BOLONHA, 2012 *apud* GUARNIERI, SILVA, 2017).

Ladeira e Silva, por outro lado, no artigo “(Des)caminhos do sistema brasileiro de cotas universitárias”, publicado em 2018, trataram do tema das cotas por meio da apresentação da trajetória histórica e econômica que lhes antecedeu, apresentando oportunamente conceitos de ações afirmativas, seus fundamentos e teorias e os principais programas implementados no país.

O texto destaca a finalidade das cotas como sendo destinada ao rompimento de barreiras e desigualdades sociais e históricas no acesso a determinados direitos, em razão da impossibilidade deste rompimento ocorrer de modo natural ou por meio das formas tradicionais de inclusão (ROZAS, 2009 *apud* LADEIRA, SILVA, 2018).

As cotas são oportunidades para muitos, mas é preciso salientar que elas não devem ser uma medida permanente, senão nunca haverá mudança. Elas são reparatórias de um panorama de profunda desigualdade. Logo, falar de cotas é discutir o acesso das camadas populares na universidade, tema de

um próximo artigo, mas primordial para entender que retomar a historicidade é extremamente relevante para a promoção da educação pública, gratuita e de qualidade. (LADEIRA; SILVA, 2018, p. 239).

Além de apresentar questões específicas das cotas no sistema educacional brasileiro, o artigo alerta ainda para o fato de que em virtude das lacunas percebidas em meio ao sistema de cotas, a revisão de seus critérios se faz necessária e afirma que as cotas não devem ser vistas como uma medida permanente, mas apenas reparatórias do panorama nacional de grande desigualdade.

Guerrini *et all.*, no artigo “Acesso e democratização do ensino superior com a Lei nº 12.711/2012: o campus de Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)”, publicado em 2018, também abordam a realidade de um caso concreto, observado na UTFPR após a implantação das políticas de ações afirmativas, analisando como os critérios da lei atua na seleção dos acadêmicos, no intuito de verificar se as medidas estão cumprindo os seus propósitos iniciais.

O texto atribui às ações afirmativas, em caráter temporário, a correção e compensação das distorções e desigualdades históricas que ocasionam desigualdades e desequilíbrios até os dias atuais, representando, assim, um avanço das políticas haja vista a preocupação com os grupos menos favorecidos e em situação de desvantagem (SILVÉRIO, 2007 *apud* GUERRINI *et all.*, 2018, p. 19).

As políticas de ações afirmativas nas universidades têm sido representadas como importantes instrumentos de democratização do acesso às instituições de ensino superior públicas, estaduais e federais, no Brasil, na medida em que visam diminuir os efeitos dos privilégios sociais e a grande desigualdade que têm constituído historicamente o acesso ao ensino superior no contexto brasileiro (GUERRINI *et all.*, 2018, p. 19).

A defesa das políticas de ações afirmativas, enquanto importante instrumento de democratização do acesso ao ensino superior é, portanto, um ponto central da publicação, todavia, o texto destaca a sensível questão que envolve o prestígio de determinados cursos e sua relação com o acesso e permanência dos estudantes de classes menos favorecidas economicamente.

Além disso, os autores destacaram os baixos níveis da taxa de escolarização da população economicamente carente e os seus reflexos nos cursos do ensino superior, inclusive no preenchimento das vagas, o que foi percebido, *in loco*, na UTFPR.

Paula, no artigo “Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década”, publicado em 2017, busca discutir diversas políticas de democratização do ensino superior, dentre as quais se encontra a política de cotas para egressos da rede pública de ensino, apontando tanto limites,

quanto o que ela considera como problemas de referidas políticas.

No texto, a autora afirma, basicamente, que as políticas de democratização do ensino não têm sido suficientes e efetivas, especialmente quando se observa os números de permanência acadêmica e de concluintes, afirmando, em razão disso, que o discurso de democratização é vazio, pois o seu ciclo não é completado.

Essas iniciativas enfrentam barreiras relacionadas à permanência desses estudantes no sistema, pois eles enfrentam dificuldades materiais e acadêmicas, relativas à sua trajetória na educação básica e ao seu capital econômico, social e cultural. O aumento de vagas e a possibilidade de ingresso ampliado, em alguns casos, assim como a reserva de vagas a segmentos mais vulneráveis, em outros, não são acompanhados satisfatoriamente por políticas que garantam a conclusão dos cursos de graduação. Isto faz com que muitos desses alunos adentrem as portas da educação superior e saiam antes de se formarem, ocorrendo o fenômeno da inclusão excludente analisado por Ezcurra (2011, p. 62): a porta aberta na educação superior para os segmentos desfavorecidos socialmente na verdade trata-se de uma porta giratória (PAULA,

2017, p. 306).

A autora prossegue questionando até que ponto tais medidas estão viabilizando a alteração do perfil, especialmente no aspecto socioeconômico, do acadêmico de nível superior, alerta para o fato de que as IES não estão estruturadas para receber determinados públicos e levanta o debate a respeito das universidades estarem realmente reservando as vagas previstas pela Lei de Cotas nos seus cursos de maior status e relevância (RISTOFF, 2013 *apud* PAULA, 2017).

O artigo ainda apresenta outras colocações relevantes, quando analisa os currículos geralmente não flexíveis, os horários integrais que inviabilizam o estudo de um acadêmico que necessite trabalhar e a falta de acolhimento como fatores que, apesar das políticas de ações afirmativas, acabam resultando na evasão desse aluno, minimizando a ideia da democratização do acesso ao ensino.

Senkevics e Mello, por sua vez, no artigo “O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas”, publicado em 2019, buscaram analisar as alterações dos perfis socioeconômicos e racial dos discentes após as mudanças implementadas pela lei de cotas, por meio do uso de dados publicados pelo censo da Educação Superior de 2012 a 2016 e do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) dos anos de 2011 a 2015.

O artigo apresenta significativas e detalhadas análises, feitas a partir de cruzamento de bases de dados, a respeito dos perfis socioeconômicos de acadêmicos ingressantes de várias instituições de ensino

superior público e as alterações que foram percebidas após a implementação da política de reserva de vagas.

[...] restam em aberto questões relevantes para a compreensão do alcance da Lei de Cotas na democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior. Primeiro, é preciso investigar quem foram os principais beneficiários da reserva de vagas destinada à rede pública; existem indícios de que as cotas, por não diferenciarem as distintas categorias administrativas das escolas públicas de origem, possam estar beneficiando egressos de escolas técnicas estaduais e federais, as quais tradicionalmente realizam exames de admissão e atraem estudantes de maior nível socioeconômico (SENKEVICS, MELLO, 2019, p. 205).

Os autores destacam, ao final, que apesar do razoável transcurso de tempo desde a publicação da lei, pouco se sabe sobre seus efeitos e levantam discussões relevantes no que se refere ao alcance dos efeitos pretendidos pela lei de Cotas, chamando atenção, inclusive, para a necessidade da continuidade das pesquisas sobre o tema.

Cavalcanti *et all.*, no artigo “Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia”, publicado em 2019, realizaram análise do

desempenho acadêmico dos alunos cotistas em comparação aos que ingressaram na universidade pela ampla concorrência.

O texto se inicia apresentando a importância da utilização das políticas de ações afirmativas, principalmente no que se refere à busca pela redução de diferenças entre diferentes grupos sociais e à viabilização do acesso a serviços públicos essenciais, como a própria educação, com destaque para o sistema de reserva de vagas implementado nas Universidades públicas no Brasil (HOLZER, NEUMARK, 2000 *apud* CAVALCANTI *et all.*, 2019, p. 306).

Os autores observaram que os alunos não cotistas teriam um desempenho um pouco maior, especialmente no ingresso e na fase inicial do curso, porém, ao analisar os dados obtidos sob a ótica de áreas de conhecimento, a conclusão é diferente, pois os diferenciais de desempenho seriam percebidos apenas na área das ciências da saúde, de modo que nas demais não há divergência no desempenho de quem ingressou por meio de cota ou pela ampla concorrência.

A despeito da eficácia da política em estimular o acesso e a equidade de oportunidades no ensino superior, os resultados encontrados indicam que as medidas adicionais para enriquecer o aprendizado e melhorar desempenho dos estudantes cotistas são necessárias, quando não fundamentais, dada as condições socioeconômicas que condicionaram o seu

desenvolvimento escolar até o ingresso na universidade. É fundamental levar em consideração elementos que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem no ensino superior, como aspectos pedagógicos e infraestrutura utilizada para o desenvolvimento das atividades. (CAVALCANTI *et al.*, 2019, p. 323).

O que se percebe, após a análise das publicações supracitadas/discutidas é que o tema envolvendo a Lei de Cotas e a reserva de vagas para egressos da rede pública de ensino ainda é extremamente relevante e atual, todavia, as análises dos efeitos de referidas políticas públicas ainda são incipientes, especialmente se considerados o seu alcance e amplitude, razão pela qual continuar a pesquisar e se aprofundar no assunto é fundamental para a compreensão da atual realidade da educação superior no país e para subsidiar discussões que objetivem melhorar a qualidade do ensino e democratizar o seu acesso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da brevidade do presente estudo, foi possível perceber a complexidade de toda a questão que envolve a aplicação das políticas públicas de ações afirmativas, especialmente as relativas à reserva de vagas para ingresso no ensino superior.

A Lei n. 12.711/2012, também

conhecida como Lei de Cotas, trouxe uma mudança significativa para o cenário nacional, consagrando estas medidas e tornando-as obrigatórias em todas as instituições de ensino a nível federal.

Nesse contexto, os artigos selecionados para a presente revisão sistemática demonstraram, inclusive em razão da questão temporal, os resultados e os impactos vivenciados no contexto educacional brasileiro a partir do ano de 2012.

Percebeu-se, ainda, que a maioria dos artigos publicados sobre o assunto nos últimos 03 (três) anos utiliza a metodologia de revisão de literatura, aliada à análise de dados, muitas vezes obtidos na própria Universidade. Apenas um artigo se dedicou a fazer a revisão sistemática das publicações sobre o tema nos últimos 10 (dez) anos.

A maior parte dos artigos utilizou argumentos teórico-conceituais como a justiça social, a necessidade de melhor distribuição socioeconômica e os benefícios que as políticas de ações afirmativas poderiam trazer, dentre os quais se destaca a possibilidade de mobilidade social e de democratização do acesso ao ensino.

Verificou-se também que apesar de alguns dos artigos selecionados se dedicarem a analisar dados *in loco*, a produção científica dedicada a compreender a totalidade dos efeitos e do impacto da aplicação da política de reserva de vagas prevista pela Lei de Cotas ainda é insuficiente, de maneira que maiores estudos e pesquisas são necessárias e urgentes.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Neusa Chaves. **Cotas para o acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v29n3/0103-7307-pp-29-3-0041.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm>. Acesso em 01 jul 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 01 jul 2019.

CAVALCANTI, Ivanessa Thaianne do Nascimento. ANDRADE, Cláudia Sá Malbouisson. TIRYAKI, Gisele Ferreira. COSTA, Lilia Carolina Carneiro. **Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior:** evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000100305&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2019.

GALVÃO, Taís Freire. PEREIRA, Maurício Gomes. **Revisões sistemáticas da literatura:** passos para sua elaboração. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/ress/2014.v23n1/183-184/pt>>. Acesso em 25 nov. 2019.

GUARNIERI, Fernanda Vieira. SILVA, Lucy Leal Melo. **Cotas universitárias no Brasil:** análise de uma década de produção científica. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-85572017000200183&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 11 nov. 2019.

GUERRINI, Daniel. PICONI, Larissa Bassi. STURION, Leonardo. MATA, Ednei Aparecido Dias da. **Acesso e democratização do ensino superior com a Lei nº 12.711/2012: o câmpus de Londrinada Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812018000100017&lang=pt>. Acesso em 11 nov. 2019.

LADEIRA, Mariana Rosa Alves. SILVA, Hilda Maria Gonçalves da. **(Des)caminhos do sistema brasileiro de cotas universitárias.** Disponível em:

<<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19698>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200301&lang=pt>. Acesso

em: 11 nov. 2019.

SENKEVICS, Adriano Souza. MELLO, Ursula Mattioli. **O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000200184&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2019.